

Relatório da Administração

A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 23 de março de 2016. **A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante		3.785.726	2.682.831
Disponibilidades	4	164.384	161.664
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.775.268	1.905.999
Aplicações em operações compromissadas		2.486.277	1.905.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		288.991	-
Títulos e valores mobiliários	6	495.263	441.656
Carteira própria		151.014	134.204
Vinculados à prestação de garantias		344.249	307.452
Outros créditos		350.811	173.512
Rendas a receber		7.818	8.663
Negociação e intermediação de valores	7	337.965	161.282
Crédito tributário	8	3.444	1.029
Diversos		1.584	2.538
Não circulante		22.247	269.670
Realizável a longo prazo		20.919	268.543
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	255.227
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	255.227
Títulos e valores mobiliários	6	3.703	-
Vinculados à prestação de garantias		3.703	-
Outros créditos		17.216	13.316
Devedores por depósitos em garantia		13.638	9.116
Crédito tributário	8	3.578	4.200
Permanente		1.328	1.127
Investimentos	9	23	23
Títulos patrimoniais		15	15
Outros investimentos		8	8
Imobilizado de uso	31	31	31
Outras imobilizações de uso		129	129
Benfeitorias em imóveis de terceiros		550	550
(Depreciações acumuladas)		(648)	(648)
Intangível		1.274	1.073
Ativos intangíveis		2.189	1.952
(Amortizações acumuladas)		(915)	(879)
Total do ativo		3.807.973	2.952.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		3.338.478	2.652.439
Outras obrigações		3.338.478	2.652.439
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		76	32
Sociais e estatutárias	13.e	78.528	42.325
Fiscais e previdenciárias	10	113.770	202.893
Negociação e intermediação de valores	7	3.134.065	2.389.757
Diversas	11	12.039	17.432
Não circulante		14.558	3.223
Outras obrigações		11.290	3.223
Diversas	11	11.290	3.223
Resultados de exercícios futuros		3.268	-
Resultados de exercícios futuros		3.268	-
Patrimônio líquido	13	454.937	296.839
Capital social - Domiciliados no País		81.641	79.603
Reserva de capital		-	2.038
Reserva de lucros	13.d	373.398	215.096
Ajustes de avaliação patrimonial		(102)	102
Total do passivo		3.807.973	2.952.501

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2013									
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência à saúde		79.603	-	-	-	-	(120)	-	180.169
Lucro líquido		-	-	-	-	-	222	199.258	199.258
Destinações:									
Reservas	13	-	-	79.604	69.840	-	(149.444)	-	-
Juros sobre o capital próprio	13.e	-	-	-	(32.996)	-	(9.004)	(42.000)	-
Dividendos	13.e	-	-	-	-	-	(40.810)	(40.810)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		79.603	2.038	79.604	119.571	102	102	296.839	296.839
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência à saúde		2.038	(2.038)	-	-	(204)	-	(204)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	210.933	210.933	-
Destinações:									
Reservas	13	-	408	2.038	155.856	-	(158.302)	-	-
Juros sobre o capital próprio	13.e	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)	-
Dividendos	13.e	-	-	-	-	-	(34.631)	(34.631)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		81.641	16.329	81.642	275.427	(102)	106.248	454.937	454.937
Saldos em 30 de junho de 2015		79.603	2.038	79.604	119.571	(239)	106.248	402.746	402.746
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência à saúde		2.038	(2.038)	-	-	137	-	137	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	104.685	104.685	-
Destinações:									
Reservas	13	-	408	2.038	155.856	-	(158.302)	-	-
Juros sobre o capital próprio	13.e	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)	-
Dividendos	13.e	-	-	-	-	-	(34.631)	(34.631)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		81.641	16.329	81.642	275.427	(102)	106.248	454.937	454.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Distribuidora em 23 de março de 2016.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, aplicações em ouro, às aplicações em operações compromissadas posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro

As operações em ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrado na rubrica "Disponibilidades".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores de cotas divulgadas pelos administradores dos respectivos fundos.

f) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

g) Permanente

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.
- h) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)**
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:
 - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
 - Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.
- i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão periódica e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória (MP) nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a Entidade adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que converteu a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014, entretanto, em nossa avaliação, não produziu efeito nas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169, de 5 de outubro de 2015.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, esta Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 563. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 3.933.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Distribuidora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

k) Plano de incentivos com base em ações

A Distribuidora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

• **CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Distribuidora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do período.

• **Stock Option**, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O **Stock Option** é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

l) Benefícios a empregados

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.242, recepcionando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa Resolução não trará impactos na Distribuidora em função de já adotarmos, pelas melhores práticas contábeis, a Instrução CVM nº 695/2012.

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	162.325	161.664
Aplicações em ouro	2.059	

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 5.392 (2014 - R\$ 3.944) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

9 | Investimentos

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de investimentos está representado, basicamente, por títulos patrimoniais da Associação BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no montante de R\$ 15 (2014 - R\$ 15).

10 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
	Circulante	Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	107.679	75.614
Provisão para impostos e contribuições a recolher (1)	5.437	126.649
Provisão para riscos fiscais (nota 12)	654	630
Total	113.770	202.893

(1) Em 2014 refere-se a provisão de imposto de renda decorrente do encerramento do Fundo de Investimento.

11 | Outras obrigações - Diversas

	2015	2014
	Circulante	Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 12)	718	3.223
Provisão para despesas com pessoal	4.660	10.157
Provisão para pagamentos a fornecedores	6.661	7.115
Provisão para passivos atuariais (nota 19) (1)	-	55
Total	12.039	17.432

(1) Baixa de acordo com a Lei nº 9.656/1998, conforme nota de Benefícios a empregados.

12 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2015	2014
	Circulante	Circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	654	630
Provisão para contingências trabalhistas	711	3.001
Provisão para contingências civis	7	222
Total	1.372	3.223

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituído provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

• **Fiscal - PIS EC/1797 - Anterioridade - R\$ 545 (2014 - R\$ 526):** Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/1970. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estas contingências não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por Contingências Fiscais no montante de R\$ 3.869.493 (2014 - R\$ 3.538.908), compostas basicamente pelos seguintes casos:

• **IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$ 3.515.482 (2014 - R\$ 3.197.149):** trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotista de Fundo de Investimento em Participação administrado anteriormente pela Entidade. A Receita Federal incluiu a Entidade como responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 316.436 (2014 - R\$ 306.850):** auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguarda-se julgamento de segunda instância.

• **Desmutualização - BM&FBOVESPA e CETIP - R\$ 27.938 (2014 - R\$ 25.853):** trata-se de processo onde se discute o recolhimento de COFINS, PIS, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBOVESPA e CETIP em ações. Aguardavam-se decisões de primeira e segunda instâncias.

A Distribuidora optou por desistir da discussão quanto à desmutualização da CETIP nos termos da Lei nº 13.043/2014, mediante pagamento à vista em 29 de novembro de 2014 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações.

Para tanto houve constituição e utilização de provisão no montante de R\$ 289 em 2014 e também a homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 507.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2015
Fiscais	630	-	-	-	24	654
Trabalhistas	3.103	782	(28)	(178)	64	3.744
Cíveis	225	91	(10)	(81)	54	279
Total	3.958	873	(38)	(259)	142	4.677

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2014
Fiscais	610	296	-	(296)	20	630
Trabalhistas	4.322	3.012	(4.058)	(225)	52	3.103
Cíveis	6.199	54	(1.665)	(4.976)	612	225
Total	11.131	3.362	(5.723)	(5.496)	684	3.958

13 | Patrimônio líquido

a) **Capital social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.023.359.318 (2014 - 4.023.359.318) ações ordinárias, sem valor nominal. Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 31 de agosto de 2015, e homologado pelo BACEN em 10 de novembro de 2015, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 2.038 oriundos de reservas de atualização de títulos patrimoniais, sem emissão de novas ações.

b) **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 408 (2014 - R\$ 0).

c) **Reservas estatutárias**
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 80% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 2.038 (2014 - R\$ 79.604), sendo R\$ 408 (2014 - R\$ 15.921) para equalização de dividendos, e R\$ 1.630 (2014 - R\$ 63.683) para reforço de capital de giro.

d) **Reserva especial de lucro**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi constituída reserva especial de lucros no montante de R\$ 155.856 (2014 - R\$ 69.840). Em 2014 foi utilizado o montante de R\$ 32.996 para pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP).

e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em 22 de dezembro de 2015 foram pagos ao Banco Citibank S.A. juros a título de remuneração ao capital próprio no montante de R\$ 18.000 do lucro líquido do exercício. Em 2014 foi pago o montante de R\$ 42.000, sendo, R\$ 9.004 utilizando-se o saldo de Lucros Acumulados e R\$ 32.996 de reservas especiais de lucros, deliberados em AGE.

Foram destacados dividendos no montante de R\$ 34.631 (2014 - R\$ 40.810) decorrentes do saldo de lucros acumulados do exercício findo de 2015.

14 | Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2015	2015	Exercícios 2014
Receitas de administração de fundos de investimento	29.763	56.541	60.463
Receitas de serviços de custódia	19.490	38.333	39.116
Receitas de administração de clientes estrangeiros	8.528	16.568	14.668
Outras receitas de prestação de serviços	3.950	6.717	5.020
Total	61.731	118.159	119.267

15 | Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2015	2015	Exercícios 2014
Despesas de aluguel	(511)	(1.009)	(941)
Despesas de serviços de terceiros	(24.585)	(26.545)	(3.319)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.431)	(2.591)	(1.600)
Despesa de amortização e depreciação	(37)	(37)	-
Despesas de processamento de dados	(27.216)	(34.326)	(13.041)
Despesas de comunicações	(585)	(1.080)	(867)
Outras despesas administrativas	(1.623)	(2.351)	(3.194)
Total	(55.988)	(67.939)	(22.962)

16 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2015	2015	Exercícios 2014
Receitas			
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	565	944	241
Atualização e recuperação de impostos (1)	40	40	13.506
Reversão de provisões de contingências (nota 12.b)	33	38	5.723
Outras receitas com fundos	65	161	852
Outras receitas com pagamento baseados em ações	361	390	-
Outras reversões de provisões operacionais	5.100	6.304	4.463
Outras	215	239	31
Total	6.379	8.116	24.816

(1) Em 2014 refere-se, basicamente, a restituição do adicional do imposto de renda estadual do Rio de Janeiro de R\$ 1.181 e imposto sobre lucro líquido de R\$ 12.284, pagos entre os anos de 1989 a 1992, que posteriormente foram considerados inconstitucionais.

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

(i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa;

(ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e

(iii) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 9 vezes no período de 1º de janeiro de 2015 à 23 de março de 2016, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(i) Os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;

(ii) Os relatórios do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e

(iii) Relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria.

Em sessão realizada em 23 de março de 2016, reuniram-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 23 de março de 2016

Comitê de Auditoria

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
CRC: 1SP191859/O-5

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

São Paulo, 23 de março de 2016

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade

Atividade